

Je

Jornal do Engenheiro

Saída mais provável é optar pela fórmula na qual a soma do tempo de contribuição e da idade chegue a 85, no caso das mulheres, e 95 para os homens. Atendida essa regra, ficaria excluído o atual fator previdenciário, que diminui o benefício em até 50%.

Página 6



Retomada luta para derrubar redutor da aposentadoria



INTERNET PÚBLICA: POSSÍVEL E NECESSÁRIA

**Eng. Murilo Celso
de Campos Pinheiro**
Presidente

Em reunião do CMCT&I (Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação), realizada no SEESP em 14 de junho último, entrou em pauta um tema essencial para a atual sociedade da informação, a internet pública. Apresentada pelo professor da USP (Universidade de São Paulo), Marcelo Zuffo, a proposta é basicamente implantar a internet, oferecida pelo município gratuitamente, nos locais públicos. Conforme explicou ele, não se trata de oferecer o serviço hoje vendido por provedores às pessoas físicas ou jurídicas, nas residências ou empresas, mas de proporcionar acesso à rede em escolas, hospitais, parques, aeroportos etc.

Segundo enfatizou o professor em sua palestra, “cabe a uma cidade como São Paulo, progressista, sair desse marasmo e ter uma ideia ambiciosa”. Convencido da pertinência de uma iniciativa como essa, ele afirma que para colocar o projeto em prática basta articulá-lo política e institucionalmente, sendo plenamente viável do ponto de vista tecnológico. O tema, que já esteve presente em campanha eleitoral passada sem prosperar, deveria entrar no programa de governo de todos os candidatos que disputam o pleito de outubro próximo, não só na Capital, mas em todas as cidades brasileiras. A internet há muito deixou de ser uma opção e impõe-se ao cotidiano dos cidadãos como forma de acessar todo um universo de informações e serviços nos mais diversos setores, incluindo saúde e segurança. Cada vez mais, estar num ambiente sem acesso à internet corresponderá a estar num local sem água ou energia elétrica.

Proposta é que os municípios ofereçam gratuitamente acesso à rede em locais como escolas, hospitais, parques ou aeroportos.
Essencial na sociedade da informação, medida teria papel importante de reduzir exclusão digital.



A tendência que, ao menos no médio prazo, parece irreversível de estocar informações na chamada “nuvem” traz em si a ideia de que todos terão acesso a esses conteúdos. Quanto mais tempo se leva a garantir essa possibilidade, mais se gera exclusão e desigualdade. Claro está que o Brasil ainda precisa equacionar a questão da universalização da banda larga, cujo plano nacional ainda não deslanchou. Até por isso, a experiência bem-sucedida já feita por alguns municípios brasileiros deve ser multiplicada em todo o País. Será um passo fundamental no combate à exclusão digital.

Paraguai – É com apreensão e indignação que se assistiu ao rito sumário sob o qual o presidente do Paraguai, Fernando Lugo, foi deposto em 22 de junho. Numa espécie de “golpe institucional”, em menos de 24 horas deu-se fim ao mandato conquistado democraticamente nas urnas. Não se trata de aprovar ou não a política e a gestão levada a termo por Lugo, mas de fazer a defesa intransigente da democracia, tão cara a todos, mas especialmente aos países latino-americanos, que num passado não muito distante penavam sob ditaduras.

JORNAL DO ENGENHEIRO — *Publicação quinzenal do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo*

Diretora responsável: Maria Célia Ribeiro Sapucahy. Conselho Editorial: Murilo Celso de Campos Pinheiro, João Carlos Gonçalves Bibbo, Celso Atienza, João Paulo Dutra, Henrique Monteiro Alves, Laerte Conceição Mathias de Oliveira, Carlos Alberto Guimarães Garcez, Fernando Palmezan Neto, Antonio Roberto Martins, Edilson Reis, Esdras Magalhães dos Santos Filho, Flávio José Albergaria de Oliveira Brízida, Marcos Wanderley Ferreira, Aristides Galvão, Celso Rodrigues, Cid Barbosa Lima Junior, Fabiane B. Ferraz, João Guilherme Vargas Netto, Luiz Fernando Napoleone, Newton Güenaga Filho, Osvaldo Passadore Junior e Rubens Lansac Patrão Filho. Colaboração: Delegacias Sindicais. Editora: Rita Casaro. Repórteres: Rita Casaro, Soraya Misleh, Lourdes Silva, Lucélia de Fátima Barbosa e Rosângela Ribeiro. Projeto gráfico: Maringoni. Diagramadores: Eiel Almeida e Francisco Fábio de Souza. Revisora: Soraya Misleh. Apoio à redação: Luis Henrique Costa e Priscila Dezidéria. Sede: Rua Genebra, 25, Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01316-901 – Telefone: (11) 3113-2650 – Fax: (11) 3106-8829. E-mail: imprensa@seesp.org.br. Site: www.seesp.org.br. Tiragem: 31.000 exemplares. Fotolito e impressão: Folha Gráfica. Edição: 1º a 15 de julho de 2012. Artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo a opinião do SEESP.

ANATEC



Técnicas de sustentabilidade

João Henrique Castanho de Campos

ACONTECEU NO RIO DE JANEIRO, entre 15 e 22 de junho, o encontro conhecido internacionalmente como Rio+20, oficialmente intitulado Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável. O termo é usado para definir ações e atividades dos seres humanos que visam suprir as suas necessidades atuais sem comprometer o futuro e as próximas gerações. Ou seja, está diretamente relacionado ao progresso econômico e material sem agredir o meio ambiente, usando os recursos naturais de forma inteligente para que eles sejam preservados.

Considerando que uma das atividades com alto potencial de degradação do meio ambiente é a indústria de modo geral que, em seus vários segmentos, é uma grande consumidora de insumos disponíveis no ambiente, o desenvolvimento de sua atividade tem sido uma grave ameaça à preservação dos recursos naturais no planeta, apesar de geradora de riquezas e agregadora de valores aos bens primários. A geração de resíduos constitui-se ou está associada ao desperdício de insumos (matérias-primas, água e energia). Consequentemente, a adoção de práticas de produção mais limpa, mais conhecida como “prevenção à poluição” (P2), resultará em ganhos econômicos, dentre outros benefícios, para as organizações.

A prevenção à poluição ou redução na fonte refere-se a qualquer prática, processo, técnica ou tecnologia que vise a redução ou eliminação em volume, concentração e/ou toxicidade dos resíduos na fonte geradora. Incluem-se modificações nos equipamentos, processos ou procedimentos, reformulação ou replanejamento de produtos, substituição de matéria-prima e melhorias nos gerenciamentos administrativos e técnicos da entidade/empresa, resultando no aumento de eficiência no uso dos insumos. Nas práticas de prevenção à poluição, são abordadas algumas mudanças no enfoque que é dado ao controle ambiental no empreendimento, no qual as medidas são incorporadas dentro da rotina de produção e não mais no final dela, ou seja, o conhecido controle de fim de tubo.

Por outro lado, não constituem prevenção as práticas, técnicas ou tecnologias envolvidas no gerenciamento do resíduo gerado para o controle ou remediação da poluição.

Isso porque atividades relativas a tratamento, reciclagem fora do processo e disposição de resíduos não implicam a redução da quantidade de resíduos na fonte geradora, mas atuam, de forma corretiva, sobre as consequências da sua geração.

Podem ser aplicadas algumas medidas em qualquer organização interessada em reduzir a geração de resíduos na fonte, tais como o reúso e a reciclagem internos, melhoria de práticas operacionais, reformulação dos produtos, substituição de insumos, controle de estoque, segregação de resíduos e manutenção preventiva. A implementação de ações de P2 está diretamente ligada à mudança de ênfase, por parte dos órgãos governamentais, das empresas e da comunidade, visando a melhoria da qualidade ambiental, local e global.

A atuação de todos é importante, através de procedimentos práticos e simples, mas que poderiam contribuir, significativamente, para uma melhoria do panorama atual de devastação contumaz e organizada do meio ambiente. Com a participação ampla nesse processo, cada um fazendo sua parte, preservando e denunciando o mau uso dos recursos ambientais, conseguiremos atingir o bem comum, que é a manutenção dos direitos fundamentais da pessoa humana, incluídos aí o ambiente saudável, utilização sustentável dos recursos naturais e manutenção da qualidade de vida.

João Henrique Castanho de Campos é engenheiro químico formado pela Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), atuando há 20 anos no sistema de meio ambiente. Atualmente é diretor do Departamento de Desenvolvimento Sustentável da Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura de Campinas.

TUDO DENTRO DA LEI!



Qual o horizonte que sua empresa quer alcançar?

Divulgue seu produto ou serviço aos engenheiros do Estado de São Paulo.

Anuncie aqui!

(11) 9173-0651

(11) 3284-9880

Sua ART pode beneficiar o Sindicato dos Engenheiros. Ao preencher o formulário da ART, não esqueça de anotar o código 068 no campo 31. Com isso, você destina 10% do valor para o SEESP. Fique atento: o campo não pode estar previamente preenchido.



AÇÚCAR PARA UMA SAÚDE MELHOR

Soraya Misleh

RESULTADO DE PESQUISA de mestrado e doutorado, o Brasil deve apresentar ao mercado seu próprio FOS (fruto-oligossacárido), um açúcar que não é metabolizado pelo organismo. Até agora, o produto – encontrado em fórmulas de complementos alimentares – chegava à população do País via importação. Quem conta é Francisco Maugeri Filho, professor da Faculdade de Engenharia de Alimentos da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) e coordenador do projeto, desenvolvido por Elizama Aguiar de Oliveira.

Esse longo trabalho acadêmico visou desenvolver a tecnologia utilizando-se matéria-prima nacional, fundamentalmente sacarose. Como explicita ele, “resultou em algumas teses, além de três a quatro patentes”.

O produto, usado em todo o mundo pela indústria alimentícia, ativa o desenvolvimento de micro-organismos benéficos ao corpo humano. “Serve de nutriente a esses, que são tidos como probióticos, ou seja, atuam de forma favorável no nosso trato intestinal, no equilíbrio da flora”, enfatiza. Segundo explica Maugeri, é uma molécula de sacarose combinada com outras de frutose. À sua obtenção, a técnica consiste na imobilização da enzima que produz o açúcar e posteriormente num processo de separação, purificação e enriquecimento do FOS.

“O metabolismo vai ser feito pelo micro-organismo probiótico. Então passa direto pelo estômago, intestino delgado e vai ser assimilado no grosso. Por isso, é considerado de baixa caloria.” Um sinal verde para diabéticos, não obstante, alerta, não possa ser usado como adoçante. Isso porque tem “uso recomendado de cerca de dez gramas por pessoa/dia, uma

quantidade relativamente pequena”. Conforme ensina, esses limites devem ser observados, sob pena de o consumidor ter, em vez de vantagens, “sérios problemas intestinais”. Exatamente por isso não se encontra nas prateleiras de supermercados. Embora ache que essa poderia ser uma opção para venda do produto nacional, a restrição deve ser observada. “Seria interessante que fosse oferecido a granel, para as pessoas poderem colocar uma colherinha por dia em seu café da manhã.”



Tomado esse cuidado, os benefícios são inúmeros, diz. Os micro-organismos, assigura Maugeri, vão inibir outros nocivos ao intestino e possibilitar um melhor trânsito ali, melhor assimilação de nutrientes, ativação do sistema imunológico e a produção de vitaminas necessárias ao corpo humano.

“Indiretamente também ajudam na produção de neurotransmissores como a serotonina, auxiliando a melhora do humor. Tem também evidências muito expressivas de atuação na redução de câncer do colo ou do intestino, de colesterol, de triglicérides.” O professor resume: “Todas as pessoas que usam FOS regularmente em sua alimentação se sentem muito melhor, mais ativas e dispostas.”

Popularizar o consumo

Com as patentes licenciadas por uma empresa, o produto “está passando da escala de laboratório para uma intermediária e, em sequência, industrial”. Esse último processo requer, de acordo com Maugeri, a aplicação de uma série de parâmetros “que exigem conhecimento e trabalho bastante específicos de engenharia e várias horas de dedicação para se ter escala”. A expectativa, afirma, é que esteja disponível no mercado em um ou dois anos – e a um custo competitivo em relação ao FOS importado. “Não estamos vendo o aspecto comercial, mas da saúde”, aponta.

Diante disso, na sua concepção, seria importante que estivesse ao alcance de toda a população brasileira. “O ideal seria popularizá-lo, numa campanha de informação e divulgação para que as pessoas saibam de seus benefícios e isso viabilize a comercialização talvez em supermercados, farmácias, a um custo bastante acessível.” Ele destaca que esse é relativamente elevado se comparado com o açúcar comum – portanto, o grande entrave ao consumo pela maioria dos brasileiros. “Mas como não é um adoçante, o objetivo é outro, talvez haja sensibilização para se garantir preço competitivo.”

Resultado de longa pesquisa, produto nacional atuará no equilíbrio da flora intestinal e reduzirá até mesmo risco de câncer.

DELEGACIAS DO SINDICATO – ALTA MOGIANA: Av. Mogiana, 1.885 – Ribeirão Preto – CEP: 14075-270 – Tels.: (16) 3628-1489 - 3969-1802 – E-mail: altamogiana@seesp.org.br. Alto Tietê: R. Coronel Souza Franco, 720 – CEP: 08710-020 – Tel./fax: (11) 4796-2582 – Tel.: (11) 4726-5066 – E-mail: seesp.mogidascruzes@terra.com.br. ARAÇATUBA: R. Antônio Pavan, 75 – CEP: 16020-380 – Tel.: (18) 3622-8766 – E-mail: aracatuba@seesp.org.br. ARARAQUARA: R. São Bento, 700 – 10º and. – sala 103 – CEP: 14800-300 – Tel./Fax: (16) 3322-3109 – E-mail: araraquara@seesp.org.br. BAIXADA SANTISTA: Av. Senador Pinheiro Machado, 424 – Santos – CEP: 11075-000 – Tel./Fax: (13) 3239-2050 – E-mail: baixadasantista@seesp.org.br. BARRETOS: Av. Cinco, nº 1.145 – CEP 14783-091 – Telefones: (17) 3322-7189 - 3324-5805 - 3322-8958 – E-mails: barretos@seesp.org.br - seespbarretos@uol.com.br - seespbarretos@gmail.com. BAURU: Rua Constituição, 8-71 – CEP: 17013-036 – Tel./Fax: (14) 3224-1970 – Página: seesp.org.br/bauru.html – E-mail: secretaria@seespbauru.org.br. BOTUCATU: R. Rangel Pestana, 639 – CEP: 18600-070 – Tel./Fax: (14) 3814-3590 – E-mail: botucatu@seesp.org.br. CAMPINAS: Av. Júlio Diniz, 605 – CEP: 13075-420 – Tels.: (19) 3368-0204 / 0205 / 0206 – E-mail: campinas@seesp.org.br. FRANCA: R. Voluntário Jaime de Aguiar Barbosa, 1.270 – CEP: 14403-365 – Tels.: (16) 3721-2079 - 3722-1827 – E-mail: franca@seesp.org.br. GRANDE ABC: R. Haddock Lobo, 15/19 – Santo André – CEP: 09040-340 – Tel.: (11) 4438-7452 – Fax: (11) 4438-0817 – E-mail: abc@seesp.org.br. GUARATINGUETÁ: R. Pedro Marcondes, 78 – sala 34 – CEP: 12500-340 – Tel./Fax: (12) 3122-3165 – E-mail: guaratingueta@seesp.org.br. JACAREÍ: Av. Pensilvânia, 531 – CEP: 12300-000 – Tel./Fax: (12) 3952-4840 – E-mail: jacarei@seesp.org.br. JUNDIAÍ: R. Prudente de Moraes, 596 – CEP: 13201-004 – Tel.: (11) 4522-2437 – E-mail: jundiaiseesp@terra.com.br. LINS: Rua Rio Branco, 273 – Ed. Galeria Torre de Lins – 9º andar – Sala 94 – Centro – Lins/SP – CEP: 16400-085 – Tel.: (14) 3522-2119 – E-mail: seesplins@terra.com.br. MARÍLIA: R. Carlos Gomes, 312 – cj. 52 – CEP: 17501-000 – Tel./Fax: (14) 3422-2062 – E-mail: seespmar@uol.com.br. PINDAMONHANGABA: R. Dr. Rubião Junior, 192 – 3º andar – sala 32 – CEP: 12400-450 – Tel./Fax: (12) 3648-8239 – E-mail: pinda@seesp.org.br. PIRACICABA: R. Benjamin Constant, 1.575 – CEP: 13400-056 – Tel./Fax: (19) 3433-7112 – E-mail: piracicaba@seesp.org.br. PRESIDENTE PRUDENTE: R. Joaquim Nabuco, 623 – 2º andar – sala 26 – CEP: 19010-071 – Tel./Fax: (18) 3222-7130 – E-mail: pprudente@seesp.org.br. RIO CLARO: R. Cinco, 538 – sala 3 – CEP: 13500-040 – Tel./Fax: (19) 3534-9921 – E-mail: rioclaro@seesp.org.br. SÃO CAETANO DO SUL: Estrada das Lágrimas, 1.708 – Tel.: (11) 2376-0429 – E-mail: saocaetano@seesp.org.br. SÃO CARLOS: R. Rui Barbosa, 1.400 – CEP: 13560-330 – Tel./Fax: (16) 3307-9012 – E-mail: scarlos@seesp.org.br. SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: R. Paulo Setubal, 147 – sala 31 – CEP: 12245-460 – Tel.: (12) 3921-5964 – Fax: (12) 3941-8369 – E-mail: seesspc@hotmial.com. SÃO JOSÉ DO RIO PRETO: R. Cândido Carneiro, 239 – CEP: 15014-200 – Tel./Fax: (17) 3232-6299 – E-mail: sjriopreto@seesp.org.br. SOROCABA: R. da Penha, 140 – CEP: 18010-000 – Tel./Fax: (15) 3231-0505 / 3211-5300 – E-mail: sorocaba@seesp.org.br. TAUBATÉ: Rua Venezuela, 271 – CEP: 12030-310 – Tels.: (12) 3633-5411 - 3631-4047 – Fax: (12) 3633-7371 – E-mail: taubate@seesp.org.br.

A RIO+20 *não é* UM FRACASSO

Gilberto Maringoni

É NO MÍNIMO precipitada a avaliação entre ambientalistas e órgãos de imprensa de que a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – a Rio+20 – “fracassou”. A base para essa sentença é o texto ratificado pelos representantes dos 193 países presentes ao evento.

Resoluções de fóruns tão diversificados em sua composição tendem a ser genéricas. Some-se a isso o fato de utilizarem o método de aprovação por consenso, o que retira diferenças e visões mais incisivas de qualquer instrumento aprovado.

No entanto, a Rio+20 é muito mais do que suas resoluções. São 6 mil eventos com a participação de quase 100 mil pessoas de várias partes do mundo em iniciativas das mais diversificadas. A conferência comporta fóruns governamentais, parlamentares, empresariais, de movimentos sociais e de entidades privadas.

Mesmo a última versão do documento, intitulado “O futuro que queremos” (<http://www.uncsd2012.org/thefuturewewant.html>), aprovado pelos chefes de Estado em 22 de junho, não pode ser avaliada secamente como “avanço” ou “retrocesso”. Ele apresenta uma característica extremamente avançada: é totalizante no método. Ou seja, difere-se em muito de reivindicações estanques e fragmentadas que setores do movimento ambientalista apresentam (não todos, é bom frisar), de limitada serventia para a construção de políticas globais. O documento da Rio+20, ao contrário, busca relacionar e contextualizar a questão ambiental aos temas das desigualdades sociais e das diferenças econômicas entre países.

Os problemas do texto são de outra ordem. Ele é longo – 49 páginas – abrangente e genérico. Aponta diversos problemas estruturais no modelo de desenvolvimento predatório existente, mas sem definir responsáveis ou ações claras para suas soluções. Há poucas decisões ali e existem razões para isso. Os Estados Unidos e alguns países da União Europeia admitiram a

menção de problemas, mas não quiseram se comprometer com ações concretas para sua superação. O Vaticano pressionou para que se retirasse uma defesa mais explícita aos direitos das mulheres sobre a sexualidade.

Pobreza e economia verde

As linhas iniciais do texto destacam que “erradicar a pobreza é o grande desafio global colocado para o mundo atual e um pressuposto indispensável para o desenvolvimento sustentável. Para isso, teremos de libertar a humanidade da pobreza e da fome com urgência”. “O futuro que queremos” advoga “a mudança de padrões insustentáveis de produção e consumo”. E aponta como alternativa a “promoção da gestão sustentável e integrada dos recursos naturais”, para que se criem maiores oportunidades para todos, reduzindo as desigualdades.

Adiante é reafirmada a importância da liberdade, da paz e da segurança, além do respeito aos direitos humanos e a um adequado padrão de vida. Além disso, relaciona a questão ambiental a tópicos como transportes, mortalidade infantil, erradicação de doenças endêmicas (Aids, tuberculose, malária e outras), trabalho precário, defesa de populações originárias etc.

O texto reconhece a necessidade de se “acelerar o progresso para que se reduza a distância entre os ritmos de desenvolvimento entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento”. Para isso, é necessário “aumentar a cooperação internacional” que logre combinar crescimento econômico, avanço social e preservação ambiental.

As indefinições do documento também estão presentes no conceito de economia verde, cujo significado não está explicado. Isso faz com que sua enfática defesa ao longo de 13 parágrafos dependa de detalhes mais explícitos sobre o que se pretende.

Até dentro do sistema ONU, o texto apresenta características positivas. Em uma das raras decisões arroladas está a de se criar “um fórum político intergovernamental” para a discussão do desenvolvimento sustentável. É muito menos do que a pretendida elevação do Pnuma (Programa das Nações Unidas



Encerramento da Conferência da ONU aprova documento “O futuro que queremos”.

para o Meio Ambiente) à condição de agência permanente, mas o texto deixa clara a existência de uma forte tensão nesse sentido entre os países signatários.

Ao mesmo tempo, apesar de mencionar “a necessidade” de se criarem fundos, agências e outras entidades no sistema ONU voltadas para o meio ambiente, o documento joga para a frente deliberações nesse sentido. Há poucas metas concretas para que se alcance o desenvolvimento sustentável. Muitas dessas decisões foram proteladas para depois de 2015.

Qualidade da crítica

As críticas ao documento parecem não levar em conta a hierarquia entre países existente no mundo. Apesar da emergência de novos polos de luta política e social nos últimos 15 anos – em especial na América Latina –, a hegemonia estadunidense segue determinante no jogo pesado das relações internacionais.

Não se trata apenas da vontade política deste ou daquele governante, mas de se ter condições de enfrentamento com uma potência imperial e com o poder militar-financeiro e midiático das grandes corporações globais. “O futuro que queremos” não pode ser julgado apenas pela métrica dos desejos de quem quer estabelecer limites à devastação ambiental que se combinem com o desenvolvimento dos países. Deve-se levar em conta a realidade objetiva da cena mundial.

Gilberto Maringoni é historiador e editor da revista *Desafios do Desenvolvimento*, do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada)

Apesar da escassez de deliberações, documento aprovado pela conferência traz avanços, como uma visão geral dos desafios da humanidade para associar combate à pobreza com preservação ambiental.



EM DEBATE, ALTERNATIVA PARA ACABAR COM FATOR PREVIDENCIÁRIO

Rosângela Ribeiro Gil

HÁ CERCA DE DOIS ANOS, em junho de 2010, o então presidente Lula vetava a medida provisória aprovada pelo Congresso Nacional que, entre outros pontos, extinguiu o fator previdenciário, mecanismo que reduz o valor do benefício de quem se aposenta de acordo com a expectativa de vida. Sem avanços sobre o tema desde então, surge a possibilidade de retomada de negociação entre o governo federal e o movimento sindical.

A conversa, no entanto, não deverá começar pela extinção pura e simples do fator previdenciário, mas pela sua substituição pela “fórmula 85/95”, que soma idade ao tempo de contribuição, respectivamente para mulheres e homens (*veja quadro*). Apresentada há dois anos pelo deputado licenciado e atual ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas (PT/RS), à época a alternativa foi rejeitada pelas centrais. Para Antônio Augusto de Queiroz, diretor de documentação do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), essa é uma possibilidade de “flexibilizar” o fator, já que mantém o redutor, mas diminui o seu impacto. Segundo ele, a matéria não deve ser apreciada pela Câmara antes que haja um acordo entre governo e trabalhadores, embora em abril último tenha sido aprovado requerimento do deputado Paulo Pereira da Silva (PDT/SP) e outros parlamentares pedindo a urgência para a apreciação do Projeto de Lei nº 3.299/2008, de autoria do senador Paulo Paim (PT/SP). Tal extingue o fator previdenciário e teve uma emenda substitutiva global, que basicamente mantém itens da proposta original de Pepe Vargas com o acréscimo de dois itens (*veja quadro*). Pela tramitação regimental da Câmara, a emenda deverá ser votada antes do PL.

mente mantém itens da proposta original de Pepe Vargas com o acréscimo de dois itens (*veja quadro*). Pela tramitação regimental da Câmara, a emenda deverá ser votada antes do PL.

Prejuízo ao trabalhador

O regime atual, critica o deputado federal Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP), além de dificultar a concessão da aposentadoria, faz o trabalhador perder até 40% do benefício. No caso das mulheres, o prejuízo pode chegar a 50%. Na sua opinião, o fator previdenciário “tem o objetivo apenas de dificultar a previdência pública para ajudar o crescimento da previdência privada”. Ele rebateu ainda as alegações de déficit no sistema: “Em 2011, o superávit da Previdência foi de R\$ 77 bilhões.”

Na avaliação do presidente do Sindnapi (Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos), João Batista Inocentini, a fórmula 85/95 é a saída possível. “É bem melhor que a situação atual. Por que hoje 19 milhões de aposentados e pensionistas ganham salário mínimo? Por causa do fator que reduz o benefício até abaixo do mínimo.” Ele dá o exemplo de uma mulher que atinja os 30 anos de contribuição aos 50 anos de idade e faça jus a um benefício de R\$ 1.000,00. “Com o fator previdenciário, esse valor se reduz a R\$ 580,00. Como a Carta Magna do País não permite isso, ela vai receber um salário mínimo de provento apenas. Está mais do que na hora de acabar com essa perversidade”, dispara.

Para o presidente do SEESP, Murilo Celso de Campos Pinheiro, “é necessário e urgente” dar fim ao redutor, que prejudica especialmente aqueles que entram mais cedo no mercado do trabalho, portanto, a população mais pobre. “Esse contingente, apesar dos anos de serviço e contribuição, vê-se condenado a um benefício irrisório e insuficiente à própria sobrevivência”, critica.

Entenda a fórmula 85/95

- 1 Exclui a incidência do fator previdenciário quando a soma do tempo de contribuição e da idade do segurado atingir 85 anos (mulher) e 95 (homem).
- 2 Congela a tábua de mortalidade (expectativa de sobrevivência) do segurado sempre que atingir 35 anos de contribuição, se homem, ou 30, se mulher, permitindo uma redução da incidência do fator, na hipótese de requerer aposentadoria antes de alcançar a fórmula 85/95.
- 3 Inclui na contagem do tempo de serviço para efeito de aposentadoria o tempo de aviso prévio e do seguro-desemprego.
- 4 Garante o pagamento das contribuições previdenciárias (do emprego e do empregador) nos 12 meses anteriores à aposentadoria, no caso de demissão do segurado.
- 5 Exclui da aplicação do fator previdenciário o segurado deficiente.
- 6 Considera no cálculo do benefício 70% das maiores contribuições a partir de 1994 em lugar de 80%, como é atualmente.

Acréscimos da emenda substitutiva global ao PL 3.299/08

- 1 O trabalhador ou trabalhadora que contar mais de 35 ou 30 anos de contribuição e decidir se aposentar antes de atingir a fórmula 85/95 terá um redutor de 2% a cada ano que faltar para alcançar esse limite.
- 2 Quando a soma da idade e o tempo de contribuições (desde que este não seja inferior a 35 anos para homem e 30 para mulher) superar a fórmula 85/95, o trabalhador ou trabalhadora terá um acréscimo de 2% por ano que ultrapassar a soma da fórmula.

Fonte: Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar)



Cursos

SANTOS

Sinduscon-SP (Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo)

Site: www.sindusconsp.com.br

E-mail: caa@sindusconsp.com.br

Telefone: (13) 3222-5396

- **Noções da área fiscal para engenheiros e administrativos de obras.** Apresentar o aspecto operacional necessário da área fiscal. Entre os temas, as funções do setor fiscal na atualidade, principais tributos, créditos tributários em favor da empresa, noções de nota fiscal eletrônica, formas de emissão, irregularidades, carta de correção, operações específicas, legislação base do município de São Paulo, entre outros. O curso acontece no dia 23 de julho, das 9h às 18h. O custo é de R\$ 230,00 para sócios do Sinduscon e de R\$ 320,00 para os demais.

SÃO PAULO

Barreto Engenharia

Site: www.barreto.eng.br

E-mail: cursos@barreto.eng.br

Telefone: (11) 5031-1326

- **Projeto de instalações elétricas de baixa tensão.** A meta é apresentar informações e procedimentos de ordem prática que permitam ao participante desenvolver um projeto de instalações, bem como tomar decisões em obras e serviços de manutenção, conforme a legislação vigente. A atividade acontece entre os dias 23 e 25 de julho, das 8h às 18h. O preço é de R\$ 1.890,00.

Isitec (Instituto Superior de Inovação e Tecnologia)

Site: www.isitec.org.br

E-mail: isitec@isitec.org.br

Telefone: (11) 3105-0700

- **Gestão ambiental e instrumentos certificadores.** O objetivo é capacitar profissionais na área

ambiental para conhecer e definir políticas apropriadas, além de habilitá-los no planejamento dos objetivos e metas estabelecidos pelas empresas. O curso será ministrado de 14 de agosto a 2 de outubro, às terças-feiras, das 18h30 às 22h30. O custo é de R\$ 1.755,00 para sócios do SEESP e de instituições conveniadas, e de R\$ 1.950,00 para os demais.

Pacin eventos técnicos

Site: www.pacin.com.br

E-mail: pacin@pacin.com.br

Telefone: (11) 5589-1489

- **Energia solar fotovoltaica: conexão à rede.** O curso abordará a energia solar no Brasil e no mundo; principais usos e aplicações; produtos e equipamentos disponíveis; custos e investimentos; módulos solares e interligação com a concessionária; diagramas básicos de instalações; e manutenção e operação. A atividade será realizada no dia 13 de julho, das 14h às 18h. O preço é de R\$ 290,00.

TAUBATÉ

Unitau (Universidade de Taubaté)

Site: www.unitau.br

E-mail: automacao@unitau.br

Telefone: (12) 3625-4218

- **Pós-graduação em automação e controle industrial – mecatrônica.** O curso visa a formação especializada de profissionais nas diversas áreas da mecânica, eletrônica e computação para o setor industrial. O programa inclui informática e instrumentação industrial, eletrônica digital, controle de processos, automação pneumática e hidráulica, robótica e manipuladores industriais, inteligência artificial, entre outros. Com carga de 392 horas, a especialização acontecerá aos sábados, das 8h às 13h. O preço é de 24 parcelas de R\$ 400,00, incluindo a matrícula.

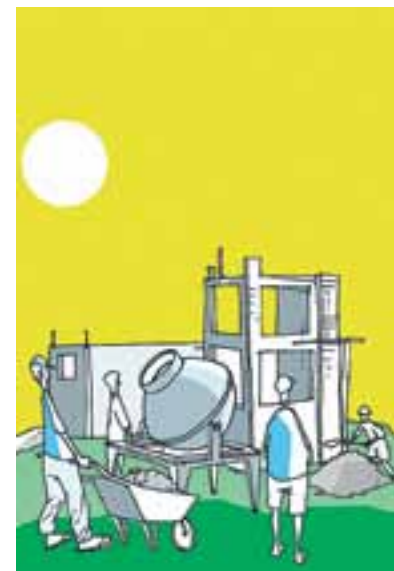
São Carlos terá doutorado em estruturas e construção civil

A UFSCar (Universidade Federal de São Carlos) recebe, até o dia 31 de julho, as inscrições para o curso de doutorado em estruturas e construção civil. O objetivo é produzir trabalhos de investigação que representem uma contribuição real, original e criativa na área.

Aprovado recentemente pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), o curso faz parte do PPGECiv (Programa de Pós-graduação em Estruturas e Construção Civil) e tem início previsto para setembro próximo.

Os selecionados poderão escolher entre duas linhas de pesquisa, “Gestão, tecnologia e sustentabilidade na construção civil” e “Estudo e desenvolvimento de sistemas estruturais”. A primeira visa a análise sistêmica da produção de edificações sob os aspectos de gestão, tecnologia e desempenho de sistemas construtivos, desenvolvimento de projetos, sistemas prediais, conforto ambiental e uso de materiais ecoeficientes. A segunda tem como finalidade a avaliação do comportamento e o desenvolvimento de materiais e sistemas estruturais, bem como suas inter-relações com os processos construtivos, além de pesquisas para a criação de novos materiais, tanto para facilitar a aplicação e melhorar a durabilidade quanto ao aproveitamento de diversos tipos de resíduos.

As inscrições poderão ser efetuadas pelos correios ou pessoalmente na Secretaria do PPGECiv, localizada no Departamento de Engenharia Civil da UFSCar, localizada na Rodovia Washington Luís, km 235. O edital de seleção com o calendário de eventos, a relação de documentos necessários e os formulários para inscrição podem ser acessados no *site* www.ppgeciv.ufscar.br. Mais informações pelo telefone (16) 3351-8261 ou pelo *e-mail* ppgceciv@ufscar.br.



O sistema de segurança do Porto de Santos

Esse se caracteriza por um conjunto de *hardwares* e *softwares* distribuídos entre três sistemas principais, que possibilitam o controle de acesso aos cais de qualquer usuário, veículo e carga, de acordo com as normas do ISPS Code, certificado internacional para proteção de navios e instalações portuárias. Há cerca de 500 câmeras fixas e móveis instaladas ao longo do porto. Além disso, apenas com uma comprovação positiva é que se determina o acesso de uma pessoa previamente cadastrada, mediante leitura da biometria da mão.

Tal ciclo se inicia quando o veículo acessa uma das baías de entrada do *gate*, acionando automaticamente uma câmera de alta resolução que capturará os dados da placa dianteira e os enviará ao sistema gestor. A implantação desse projeto, iniciado em 2004, custou até o momento cerca de R\$ 70 milhões. Está sob a responsabilidade de três funcionários de carreira da Codesp (Companhia Docas do Estado de São Paulo), os engenheiros João Fernando Cavalcanti Gomes da Silva, Waldir Graça Rivela e Álvaro Luiz Dias de Oliveira, este último diretor da Delegacia do SEESP na Baixada Santista.

Oportunidades

Segundo levantamento feito até dia 25 de junho, a área de Oportunidades e Desenvolvimento Profissional do SEESP dispõe de 38 vagas, sendo 26 para engenheiros das diversas modalidades, uma para docente e 11 para estudantes. Para se candidatar, acesse em www.seesp.org.br o link Cursos e Oportunidades – Currículos e Vagas. Mais informações pelos telefones (11) 3113-2669/74.

Cidade de São Paulo precisa oferecer internet pública

A proposta foi defendida pelo professor Marcelo Knörich Zuffo, da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, durante reunião do CMCT&I (Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia & Inovação), realizada no SEESP, em 14 de junho. Após discorrer sobre os desafios dos projetos existentes e o atual contexto da internet no Brasil e na América Latina, ele apresentou o conceito da internet pública, na sua avaliação o mais conveniente no cenário nacional. Para Zuffo, trata-se de uma abordagem moderna de infraestrutura na sociedade da informação.

Segundo o professor, a ideia é garantir acesso à rede “nos espaços públicos, dentro de interesses públicos”, como educação, saúde, segurança, patrimônio histórico, turismo, parques, aeroportos etc.. “Cabe a uma cidade como São Paulo sair desse marasmo e ter uma ideia ambiciosa”, enfatizou. Ele lembrou ainda que, para colocar o projeto em prática, basta articulá-lo política e institucionalmente. “É necessário

Campanhas salariais

Cteep – Os engenheiros que trabalham na companhia aprovaram em assembleias realizadas em diversas cidades paulistas, entre os dias 18 e 21 de junho, contraproposta da empresa para assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho 2012/2013. Nessa, destacam-se: reajuste salarial de 6% (IPC Fipe + 1,7% de aumento real) extensivo às cláusulas de caráter econômico, à exceção do vale-refeição, cesta básica e auxílio-creche, que serão majorados em 10%; piso em conformidade com a Lei 4.950-A/66, destinação de R\$ 600.000,00 para auxílio bolsa de estudo e de



Zuffo, Sanches e Habert discutem acesso à rede em reunião do conselho.

formar consenso. Não é problema tecnológico, mas jurídico.”

O diretor do SEESP e membro do CMCT&I, Allen Habert, afirmou que a expectativa é que seja encaminhado, ainda neste ano, um projeto de lei à Câmara Municipal para implantação da internet pública em São Paulo. Durante a reunião, o vereador Eliseu Gabriel (PSB) comprometeu-se a apresentar a proposta, a exemplo do que ocorreu com aquela que culminou na Lei 15.247, de 26 de junho de 2010, que criou o Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia & Inovação, de sua autoria. Habert sugeriu a realização de um seminário para debater o tema com o conjunto da socie-

dade paulistana. Além disso, enfatizou que, como parte da campanha Brasil Inteligente, lançada pela CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados), a questão deve ser levada aos demais municípios do País.

Para José Alexandre Sanches, coordenador municipal de Desenvolvimento Econômico, é de extrema relevância o debate a respeito da internet pública na cidade de São Paulo. “Estabelecer essas discussões é contribuir para o desenvolvimento da comunicação *online* entre os servidores, tendo como reflexo a melhoria na prestação de serviço aos munícipes”, ponderou.

R\$ 11.500.000,00 para o pagamento da PLR 2012.

CPFL – No dia 21 de junho, dirigentes da Delegacia do SEESP em Campinas participaram da nona rodada de negociações do Acordo Coletivo de Trabalho



2012, na sede da empresa, naquele município. Mais uma vez a reunião ficou aquém das expectativas dos engenheiros e foi rejeitada pelo sindicato. A companhia manteve inalteradas várias propostas feitas anteriormente. Quanto ao reajuste, ofereceu 5,2% sobre os salários e 5% sobre os benefícios. Com relação à PLR (Participação nos Lucros e Resultados), 1,11% do somatório dos resultados dos serviços, sendo 85% com igual distribuição e 15% variável. A próxima reunião de negociação aconteceria no dia 26 do mesmo mês.

Empréstimo de bicicleta pública em Sorocaba

Há um mês funciona, no município, o sistema de mobilidade urbana IntegraBike, da Prefeitura, com a realização de 5.926 empréstimos de bicicletas. O programa oferece nova opção de deslocamento para a população. De acordo com os dados do sistema, a unidade de cadastramento com maior número de pedidos de adesão é a Central de Atendimento do Terminal São Paulo, que já atendeu 59% da demanda.

Como utilizar

Além de poder efetuar a solicitação nesse local, o cidadão pode recorrer aos postos de atendimento das Casas do Cidadão. Para se cadastrar é necessário ter mais de 18 anos, saber andar de bicicleta, conhecer e respeitar as regras de trânsito e apresentar um dos cartões válidos do transporte coletivo de Sorocaba (vale-transporte, cidadão, estudante, sênior e outros). Além disso, exige-se um documento com foto (RG, carteira de trabalho ou de habilitação). O interessado também precisa conhecer o regulamento de uso do IntegraBike.

